

# O papel das Fundações, ONGs e institutos na destruição da educação pública na América Latina

Henrique Tahan Novaes  
Julio Hideyshi Okumura

**Como citar:** NOVAES, Henrique Tahan; OKUMURA, Julio Hideyshi. O papel das Fundações, ONGs e institutos na destruição da educação pública na América Latina. *In:* NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 41-74. DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-337-3.p41-74>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## Capítulo 2

### O papel das Fundações, ONGs e Institutos na destruição da educação pública na América Latina

*Henrique Tahan Novaes<sup>1</sup>*

*Julio Hideyshi Okumura<sup>2</sup>*

#### Introdução

O mundo do trabalho tem passado por profundas transformações desde os anos 1970. Trabalho precário, flexibilizado, uberizado, dentre tantas outras denominações estão sendo usadas para caracterizar as mudanças no mundo do trabalho.

Em termos gerais, o regime de acumulação flexível leva a uma contrarreforma do Estado. As empresas estatais e as funções do Estado que permanecem em suas mãos passam a ganhar um novo significado, cada vez menos público e cada vez mais mercantilizado. Políticas de privatização direta e indireta, multiplicação das parcerias público-privadas, políticas de contratação precária de servidores públicos fazem parte da contrarreforma do Estado.

O Brasil sempre teve aparelhos privados de hegemonia (APHs), tais como a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), a Federação das Indústrias do Estado de São

---

<sup>11</sup> Docente da FFC UNESP Marília e do Programa de Pós-Graduação em educação. [hetanov@gmail.com](mailto:hetanov@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando em educação na FFC UNESP Marília.

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-337-3.p41-74>

Paulo (FIESP), dentre tantas outras que poderíamos destacar. No entanto, desde os anos 1980, como parte da contrarreforma do Estado, estamos assistindo uma verdadeira avalanche do chamado Terceiro Setor, como parte da contrarreforma do Estado. Nesse contexto, a esfera estatal passa a ser satanizada como burocrática, ineficiente, desfinanciada, corrupta para justamente ocorrer a santificação de um setor supostamente mais ágil, eficiente democrático e popular.

Do nosso ponto de vista, *novos personagens entram em cena* na concepção, implementação e avaliação das políticas educacionais. Ao que tudo indica, a ascensão das grandes corporações transnacionais – através das suas Fundações, Institutos e ONGs, estão controlando cada vez mais a concepção, implementação e execução da política educacional. Este capítulo pretende debater o papel das Fundações, Institutos e ONGs na disputa da hegemonia do complexo educacional. Ele foi produzido para a nossa pesquisa Fapesp sobre A Educação profissional, portanto, não é original. Foi apresentado inicialmente para os leitores no livro “Educação profissional, Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas vol. 2” organizado por Domingos Leite Lima Filho, Derivaldo Santos e Henrique Tahan Novaes.

### **A contrarreforma do Estado e a mundialização do capital**

A análise do Estado é uma forma de conhecer a sociedade. Se é verdade que a sociedade funda o Estado, também é inegável que o Estado é constitutivo daquela. As forças sociais que predominam na sociedade, em dada época, podem não só influenciar a organização do Estado como inculcar-lhe tendências que influenciam o jogo das forças sociais e o conjunto da sociedade. É claro que o Estado não pode ser organizado senão em conformidade com as tendências da

sociedade, mas pode ser levado a privilegiar uma ou outra direção, conforme os desígnios dos que detém o poder. As forças sociais que predominam na sociedade tendem a predominar no poder estatal, conferindo à sociedade esta ou aquela direção. Sob vários aspectos, a análise do Estado é uma forma privilegiada de conhecer a sociedade (IANNI, 1989, p. 240).

De acordo com Octávio Ianni, o Estado não é um órgão apenas de mediação nas relações de classe. Ele é elemento de preservação do predomínio de uma sobre outra classe (Ianni, 1989, p.240). Para ele, a função primordial do Estado é a garantia das condições de produção e expropriação. Porém, com os processos de estatização ocorridos no século XX, o Estado também se inseriu nas condições de produção (Ianni, 1989, p.258), o que se convencionou chamar Estado-Empresário.

O Estado também é uma “poderosa agência de indução de investimentos, alocação de recursos, dinamização das forças produtivas, organização das relações sociais de produção, transferência de renda, planejamento indicativo e impositivo, lugar de violência organizada e concentrada na sociedade” (IANNI, 1989, p.258).

No período que vai de 1945 a 1973, o Estado capitalista adquiriu algumas características *públicas* que foram impulsionadas ao mesmo tempo pela pressão dos trabalhadores que não permitiram que o padrão de exploração chegasse ao extremo e também pelas necessidades do capital, que naquele momento histórico necessitava de trabalhadores-consumidores, empresas estatais, etc. Isso deu origem ao que se chamou “controle social do capital”.

Diante da Revolução Russa (1917), da crise de 1929, de duas guerras mundiais e das lutas sociais na Europa, surgiu o Estado de Bem-

Estar Social (EBES) na Europa. Przeworski (1989) acredita que o EBES surgiu num momento histórico de predominância das ideias de Keynes. Lembremos que Keynes advogava a necessidade de intervenção pública como forma de evitar o colapso total do sistema capitalista engendrado pela busca da “eficiência” individual das empresas versus o desgoverno da produção como um todo. Przeworski (1989) não é um autor marxista, mas optamos por utilizá-lo neste capítulo, ao menos momentaneamente.

Foi neste momento que, de vítima passiva dos ciclos econômicos, o Estado tornou-se quase da noite para o dia uma instituição por meio da qual a sociedade podia regular as crises a fim de manter o pleno emprego (PRZEWORSKI, 1989). Ao mesmo tempo, usava-se do déficit para financiar as obras públicas produtivas durante as depressões, através das políticas anti-cíclicas.

Deve-se lembrar também que foram criadas políticas que permitissem o acesso de uma parcela dos trabalhadores aos bens de consumo do regime de acumulação taylorista-fordista. É nesse momento que esta parcela de trabalhadores passa a fazer parte dos cálculos da *demanda efetiva*. Além disso, aplicando medidas pautadas pela teoria do bem estar, atenuava os efeitos concentradores de renda advindos do *mal* funcionamento do *mercado*.

As empresas estatais que outrora foram fundamentais para garantir a reprodução ampliada do capital no regime de acumulação taylorista-fordista passaram a ser taxadas, a partir de 1973, de *ineficientes, corruptas, lentas*, tudo isso como pretexto para atender o que os administradores chamam claramente de novas oportunidades de negócios, isto é, uma nova onda de acumulação de capital que veio a ser atendida através de processos obscuros de privatização, desregulamentação e mercantilização da vida. Em suma, as privatizações

e outras transformações no Estado foram impulsionadas para sanar parcialmente a crise de acumulação originada nos anos 1970.

A contrarreforma do Estado na América Latina, realizada por governos conservadores que subiram ao poder principalmente nos anos 1990, nos períodos da chamada redemocratização, destruiu muitas das parcas conquistas das trabalhadoras e trabalhadores. Para Jinkings (2007), as transformações recentes do capitalismo mundial apontam para movimentos simultâneos de privatização e desregulamentação da vida social e econômica, de ataque aos direitos democráticos e de fortalecimento dos aparatos coercitivos do Estado, caracterizando um Estado cada vez mais penal (JINKINGS, 2007).

A adoção de políticas de segurança de *tolerância zero* nos EUA (Lei Patriota, torturas em Guantánamo, etc.) é expressiva destes movimentos constitutivos da globalização do capital, sob o domínio do capital financeiro, que convertem amplos segmentos sociais em deserdados das condições básicas à sobrevivência.

Cada vez mais distanciado das políticas sociais emancipatórias e comprometido com o capital transnacional, o Estado neoliberal apresenta-se crescentemente fortalecido em seus mecanismos repressivos e de assistencialismo, fenômeno que alguns autores analisam como a “emergência do Estado Penal” em substituição ao chamado Estado de bem-estar social, que aliás, jamais existiu no Brasil.

Ao mesmo tempo que vivenciamos a perda do controle da moeda, a diminuição do investimento público, processos de privatização e desnacionalização (muitos deles inconstitucionais), etc. vimos o aumento da criminalização dos movimentos sociais, o crescimento do número de presos e presídios, a diminuição ou degeneração planejada de muitos serviços públicos (escolas, creches, universidades, etc.), processos de terceirização, contratação precária pelo Estado, diminuição

ou congelamento do salário, aumento da corrupção, etc. Os trabalhadores tentaram resistir, mas não conseguiram frear esse processo.

Apesar de ter início nas décadas de 1970-80, é a partir dos anos 1990 que as empresas brasileiras se internacionalizam, seja através de uma política mais agressiva das empresas *que sobraram* ou através da venda do seu patrimônio ou de grandes parcelas dos seus ativos para o capital internacional. Isso para não falar nas empresas públicas que foram saqueadas, principalmente nos setores de telecomunicações e energia. Calcula-se esse montante em aproximadamente 112 bilhões de reais, em valores de 2002.

Vivemos neste período inúmeros processos de fusões e aquisições. Basta ver que dentre as quinhentas maiores empresas instaladas no Brasil, a grande maioria é de corporações multinacionais. Também é principalmente na década de 1990 que as grandes corporações passam a se beneficiar e ao mesmo tempo estimular a reprodução financeira do capital. Este processo levou a uma ruptura entre as definições de setores produtivo/ improdutivo. É neste período que os bancos ganharam lucros astronômicos. No governo FHC esta tendência se firma e no Governo Lula ela se reforça. Ou seja, universaliza-se o domínio do capital financeiro sobre a produção material e seus inevitáveis corolários enquanto capital fictício em país de capitalismo subordinado: corrupção, especulação, desnacionalização e desindustrialização.

Segundo Sauviat (2005), se na realidade o novo poder acionário pouco desestabilizou o poder de controle dos administradores de empresa, o mesmo não ocorreu com os assalariados. Estes suportaram o vigoroso poder coercitivo daquele. Em face do objetivo fixado de maximização do valor acionário para responder às exigências dos mercados e à intensificação da concorrência, não são os interesses dos

assalariados criadores de riquezas e da valorização do capital humano como fator possível de competitividade que guiam a política dos dirigentes da empresa. Ao contrário, estes privilegiam esquemas que vão ao encontro das “preferências” dos investidores, tais como a redução de custos, a reestruturação dos grupos em torno de segmentos de atividade mais rentáveis, os programas recorrentes de recompra de ações, etc.

Esse novo contexto levou a uma segmentação crescente do mercado de trabalho e ao aumento das desigualdades no estatuto e na remuneração dos assalariados. As empresas *inovadoras*, simbolizadas pelas empresas do Silicon Valley, não escaparam dessa tendência. Elas também têm sua parcela de empregos precários, ao lado de empregos que beneficiam os segmentos mais educados de uma mão-de-obra no plano dos *mercados internos* ou de *mercados profissionais* cada vez mais internacionalizados – trabalhadores precários bem remunerados enquanto estão empregados, mas cuja vida profissional é comandada pela obrigação de gerar permanentemente essa precariedade. Assim, uma empresa como a Microsoft emprega 6 mil trabalhadores temporários ao lado de 20 mil regulares, que chamam a si mesmo de *permatemps* (SAUVIAT, 2005, p. 126-127). *Permatemps* são trabalhadores classificados com temporários ou provisórios que recebem salários menores e menos benefícios do que os empregados regulares, ainda que executem as mesmas tarefas e permaneçam durante anos na mesma empresa.

Chesnais (2005) também procura identificar os atores chave da finança mundializada. Para ele, são principalmente as instituições financeiras não bancárias, também chamadas de investidores institucionais, fundos de pensão, fundos de aplicação coletivos e sociedades seguradoras, assim como empresas financeiras especializadas que gravitam em torno delas. A centralização das rendas não investidas



na produção e não consumidas (alinhadas em bloco sob a etiqueta muito enganosa de “poupança”) permitiu que essas instituições se tornassem proprietárias-acionistas de um novo tipo de empresa e detivessem, ao mesmo tempo, elevados volumes de títulos da dívida pública, de forma que os governos se tornaram seus *devedores*.

Certamente [...] a liberalização e a mundialização financeira deram aos mais importantes proprietários de ações e obrigações – as grandes fortunas de família [...] mas sobretudo os investidores institucionais (e os administradores que neles existem em abundância) – os meios de influir sobre a repartição da renda em duas dimensões essenciais: a distribuição da riqueza produzida entre salários, lucros e renda financeira, e a da repartição entre a parte atribuída ao investimento e a parte distribuída como dividendos e juros. Como as duas determinações da repartição afetam o nível do investimento e comandam o emprego e o crescimento, é difícil imaginar um poder maior da finança (CHESNAIS, 2005, p.27).

A mundialização do capital foi nefasta para a classe trabalhadora. A maioria das grandes corporações passou a terceirizar os serviços de faxina, portaria, alimentação, etc. Até mesmo a sede das corporações passa a ser terceirizada. Como nos lembra Mariana Fix (2007, p. 143) em seu livro sobre a reorganização do espaço em São Paulo, se antes da reorganização “pelo menos dois terços eram “sede própria”, propriedade da empresa usuária do edifício, hoje a maioria está nas mãos de investidores, que alugam para empresas, multinacionais e bancos, entre outros”. E continua: “a liquidez passou a ser de tal modo relevante que os bancos preferiram se desvencilhar dos ativos imobiliários, leiloar os imóveis e passar a ocupá-los na condição de locatários” (FIX, 2007, p.143).

A partir dos anos 1990, a crise da sociedade brasileira se agudiza. Dentre os sintomas do aprofundamento desta crise, podemos destacar a escalada das drogas, o aumento assustador de condomínios para *proteger* a classe dominante, o aumento das vendas de remédios para depressão, o número de malabaristas, ambulantes e jovens limpando-sujando os vidros dos carros, etc. Em Campinas, importante cidade do interior paulista, o aumento da depressão na classe média é visível, bastando a um observador desatento ficar meia hora em qualquer farmácia do Cambuí.

De acordo com Márcio Pochmann (), 20 mil famílias controlam 40% do PIB brasileiro e 10 mil famílias controlam nossa dívida pública. O Brasil é um paraíso para 10 mil famílias, toda a economia é arquitetada para atender e beneficiar os rendimentos deste grupo de poder, além de outros setores da oligarquia e das multinacionais.

Theotônio dos Santos (2000) acredita que não só o Brasil, mas a América Latina como um todo realizou reformas profundas nos anos 1960. O suicídio de Getúlio postergou o golpe militar em 10 anos, fato este que se consubstanciaria na renúncia de Jânio Quadros e na ascensão de João Goulart. Se Juscelino representou a primeira morte da nação, a ditadura militar de 1964 significou o aprofundamento da desnacionalização e a extinção das forças de esquerda brasileiras. Trata-se evidentemente de uma ruptura histórica.

Podemos exemplificar a contrarreforma do Estado com a caracterização de um estado fundamental no Brasil, o de São Paulo. Foi no Governo Mario Covas (1995-2001) que São Paulo privatizou o Banespa, a Comgás, a CPFL, a CESP-Tietê, a Eletropaulo, e a Telesp, dentre outras. Todas elas vendidas a “preço de banana”, como se diz no linguajar popular e com subsídios de Bancos Estatais para a compra do patrimônio intencionalmente desvalorizado. Foi no governo

comandado pelo PSDB que houve a concessão das rodovias (com pedágios caríssimos) e a venda das ferrovias.

### **A multiplicação de ONGs, Fundações e Institutos: *Terceiro setor e educação mercantilizada***

A contrarreforma do Estado vem destruindo sistematicamente o sistema educacional público. No que se refere ao ensino fundamental, uma das faces da contrarreforma do Estado - neste caso dos municípios - é o crescimento de ONGs, Fundações e *escoletas* contratadas para prestar um serviço público.

Talita Bedinelli fez uma reportagem na Folha de São Paulo (18/05/2009) com um nome sugestivo: “São Paulo põe creche em cima de loja de construção”. Vejamos a reportagem:

**De cada dez creches criadas na atual gestão, nove são administradas por ONGs com verba pública.**

Para chegarem a uma das sete salas de aula da creche Vitorino, na Vila Progresso (zona leste de São Paulo), as 151 crianças enfrentam uma escadaria, já que a unidade funciona sobre uma loja de materiais de construção, num prédio antes usado como conjunto comercial.

Como opção de lazer, só uma varanda com brinquedos, onde ficam também os botijões de gás industrial utilizados pela cozinha. A Vitorino é uma das creches terceirizadas criadas na gestão Gilberto Kassab (DEM) --a terceirização é a maior aposta do prefeito para diminuir a fila de espera, que hoje é de 67 mil crianças.

De cada dez creches criadas na atual gestão, nove são administradas por ONGs com verba pública. Nas últimas duas semanas, a Folha visitou 18 creches conveniadas nos extremos sul e leste de São Paulo

e descobriu casos como o da Mão Cooperadora, na Vila Natal (zona sul), que também funciona sobre uma loja de materiais de construção que vende, inclusive, botijões de gás.

O convênio com a creche foi assinado na gestão anterior, mas renovado, após fiscalização, por Kassab. A prefeitura informou que irá vistoriar a unidade, que será fechada se houver alguma irregularidade.

Uma auditoria do TCM (Tribunal de Contas do Município) de julho do ano passado apontou que essas entidades têm professores menos preparados --há nelas um professor com formação universitária para cada 59,5 alunos; nas unidades gerenciadas pela prefeitura, a taxa é de um para 4,8 crianças.

Os educadores dessas ONGs não podem ser treinados pela prefeitura, já que não são funcionários públicos, explica Salomão Ximenes, advogado da Ação Educativa e do Movimento Creche para Todos, ONGs ligadas à questão da educação.

As creches administradas pelas organizações também recebem menos verba --em dezembro do ano passado, por exemplo, a prefeitura gastou R\$ 83 milhões com as então 1.243 creches da cidade. Apenas 46% desse dinheiro foi para os convênios, que, na época, gerenciavam 72% das creches.

Segundo a Secretaria da Educação, das 397 creches criadas desde o início da gestão José Serra/Kassab, em 2005, só 25 são da prefeitura --94% são administradas por organizações. O dado inclui creches de administração indireta (gerenciadas por ONGs em prédios da prefeitura) e conveniadas (administradas por ONGs em prédios particulares).

Ao todo, hoje existem 641 unidades conveniadas, algumas funcionando em locais considerados inapropriados por educadores para crianças pequenas. A Vitorino, segundo a prefeitura, "garante todos os ambientes exigidos para o funcionamento de uma creche".

Em parte dos locais visitados pela Folha, as creches funcionam em casas adaptadas para as crianças, cuja única opção de lazer são

varandas e garagens. Uma deliberação do Conselho Municipal de Educação de São Paulo, de 1999, afirma que as creches devem ter, obrigatoriamente, áreas verdes e espaços que possibilitem às crianças atividades de lazer.

"É como prender uma criança num presídio. Ela fica o dia todo dentro da mesma sala, com as mesmas crianças, com o mesmo adulto e não têm uma experiência diversa", diz a professora da Faculdade de Educação da USP (Universidade de São Paulo) Tizuko Kishimoto.

Para a professora Maria Letícia Nascimento, da mesma faculdade, espaços como os vistos pela reportagem prejudicam a possibilidade de as crianças se expressarem.

Há, no entanto, creches conveniadas com bons espaços, como a Jardim Shangrilá, no Grajaú (zona sul), que funciona em uma ampla chácara, com quadra e área verde.

Para Ximenes, a criação de creches conveniadas pode ser positiva, desde que elas sigam as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação. O órgão recomenda, por exemplo, que a área externa para atividades corresponda a pelo menos 20% do total da área construída e tenha pisos variados, como grama, terra e cimento.

Para Kishimoto, a prefeitura tem que intensificar a fiscalização desses espaços. "[Essa situação] é fruto de pouca ou nenhuma fiscalização. O primeiro dispositivo seria exigir formação de professores, o segundo, um espaço físico [adequado]", diz. "Agora nada disso é feito, cada instituição coloca as crianças onde quiser."

Outro lado

Para o secretário municipal da Educação, Alexandre Schneider, a opção pelos convênios com entidades não governamentais é consequência da dificuldade em adquirir terrenos. "Como não há terrenos, a saída é o convênio", afirma.

Para ele, o ideal é misturar políticas --hoje, a secretaria constrói 14 creches. "Não dá para ser só creche direta, só conveniada, nem só aluguel."

"Aluguel" é o nome dado ao novo plano da prefeitura: fazer parcerias com empresas para que elas construam os prédios e os aluguem para a prefeitura, que administraria as creches ou faria convênios com ONGs. Esse é o segundo plano de parcerias com empresas. O primeiro, na forma de PPP (Parceria Público-Privada), está parado há dez meses, a pedido do TCM.

Segundo a prefeitura, portaria de outubro de 2007 determina uma série de características que as creches conveniadas devem seguir, incluindo a existência de áreas externas para o lazer das crianças. Para os convênios firmados antes da portaria, as entidades têm até janeiro de 2010 para se readequarem.

Cinco das unidades visitadas pela Folha firmaram convênios depois da portaria --quatro têm varandas como área externa. A secretaria afirmou que vai vistoriar esses locais.

Na creche Vitorino (zona leste), onde a reportagem encontrou botijões industriais de gás na área de lazer das crianças, a prefeitura afirmou que existe um abrigo de gás, fechado com grades que garantem a ventilação e impedem o contato com as crianças. Mas já foi pedido para que o gás seja mudado de local, o que deve ocorrer no início da semana que vem.

A creche, diz a secretaria, está localizada em uma região carente de imóveis regularizados, e o prédio onde ela está instalada --na parte inferior, funciona uma loja de materiais de construção-- é de boa qualidade (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009).

Na mesma linha desta reportagem, Tereza Adrião et. al (2012) e Borghi et al. (2011) identificaram novas modalidades de precarização do trabalho e de privatização da educação pública através das “parcerias público-privadas”. Para Borghi et al. (2011):

o que mais chama a atenção são os novos arranjos que vêm se firmando para além da tradicional subvenção às instituições

privadas sem fins lucrativos. Os municípios que adotaram o Programa Bolsa Creche – Hortolândia e Piracicaba – fazem convênios com instituições privadas com fins lucrativos, subsidiando-as a partir de um valor per capita (BORGHI et al.,2011).

Já nos municípios de Altinópolis, Itirapina, São Paulo e Ribeirão Preto, as instituições privadas conveniadas são consideradas “sem fins lucrativos”, podendo ser filantrópicas, confessionais ou comunitárias<sup>3</sup>.

Borghí et. al (2011) destacaram também a ausência de plano de carreira para estas trabalhadoras de creches conveniadas e no que se refere a “análise das funções docentes” na rede privada de municípios pequenos “não havia funções docentes, o que pode indicar que o atendimento em creches seja realizado por monitoras”. E concluem:

O que se pode perceber é uma tendência em instituições privadas de municípios pequenos que o atendimento em creches seja realizado por monitoras. Nos municípios maiores – Piracicaba, Ribeirão Preto e São Paulo –, tal tendência não se verifica na análise da evolução das funções docentes em creches nas redes municipal e privada (BORGHI et al. 2011, p. 290)

Tendo em vista os gastos municipais, chama a atenção do leitor que as cidades de Piracicaba e Hortolândia – municípios que adotaram o Programa Bolsa Creche – teve uma boa “economia” com a adoção do

---

<sup>3</sup> “Para Mizuki e Silveira (2009), em que pese o fato de a subvenção de recursos financeiros às instituições privadas para a oferta de vagas em educação infantil ser uma opção do poder executivo municipal, não se pode deixar de dizer que a pressão pelo atendimento, exercido institucionalmente pelo MP [Ministério Público], tem contribuído para o estabelecimento de parcerias, pois esta forma se constitui em um mecanismo mais **ágil e barato**” (apud BORGHI, 2011, p. 290, grifo nosso).

programa, isto é, o valor per capita destinado às instituições privadas conveniadas é bem menor que o valor gasto na rede municipal (BORGHI et. al., 2011)<sup>4</sup>.

Apesar do foco dos trabalhos acima não ser exatamente as condições de trabalho nas creches, é possível perceber uma tendência de avanço da precarização do trabalho pedagógico nos municípios do Estado de São Paulo. Para nós, mais trabalhadoras em creches conveniadas do que em creches municipais, convênios “ágeis e baratos”, trabalho realizado por “monitoras” sem formação pedagógica e sem condições de trabalho para realizar o desenvolvimento das crianças, ausência de plano de carreira são agora temas recorrentes nos municípios paulistas.

De acordo com Laura Tavares Soares (2003), estamos assistindo uma globalização do capital, do trabalho precário e da pobreza. Cada um cuide do seu como puder, de preferência com Estados fortes para sustentar o sistema financeiro e falidos para cuidar do social. Para ela a reestruturação do capital concentra o capital e fragmenta o social.

Outro especialista no tema, Carlos Montaña (2002) observa também que as ONGs são devidamente financiadas com recursos públicos. Como parte da contrarreforma do Estado, temos hoje ONGs dos mais diversos tipos, tamanhos e finalidades. Programas nacionais e regionais são substituídos por programas locais (cidade ou muitas vezes de um ou dois bairros) incapazes de dar cobertura suficiente e cujo impacto é praticamente nulo quando se trata de grandes contingentes populacionais em situação de pobreza ou miséria. Montaña (2002) também destaca que estamos vivendo no *reino do minimalismo*, onde

---

<sup>4</sup> É preciso ressaltar que as propostas de privatização de creches, rodovias, portos e aeroportos, etc. não se limitam mais aos governos do PSDB. As coalizões partidárias comandadas pelo PT e PSB, dentre outros, também têm aprofundado a contrarreforma nos níveis municipal, estadual e federal. Qualquer semelhança entre os projetos não é mera coincidência.



pequenas soluções *ad hoc* são apresentadas como grandes exemplos pelo governo e pela mídia.

Os governos nacionais desobrigaram-se totalmente da responsabilidade pela implementação de programas sociais, delegando-os a governos locais em *parceria* com as ONGs ou outras organizações sociais (preferencialmente aquelas mais próximas dos prefeitos), ou simplesmente entregando os serviços mais lucrativos (como os de assistência médica) ao setor privado *tout court* (Soares, 2003).

De acordo com Montaño (2002), os estragos causados pelas políticas neoliberais são gigantescos. As estratégias usadas para supostamente “compensar” esses estragos sequer conseguiram minimizá-los. Ao contrário, as reformas eliminaram os direitos sociais duramente conquistados no passado, produzindo um grande retrocesso histórico.

O livro de Montaño (2002) faz uma crítica radical ao chamado terceiro setor, o debate hegemônico que o sustenta, seus pressupostos e promessas, o fenômeno que se oculta por trás dessa denominação ideológica e a sua funcionalidade para com o projeto neoliberal, no novo enfrentamento da questão social, como parte do atual processo de reestruturação do capital.

Montaño (2002) adverte que é o Estado neoliberal que promove o chamado terceiro setor, principalmente na esfera legal e financeira. Para ele, a contrarreforma do Estado leva a perda de direitos da cidadania, precarização, focalização, remercantilização e refilantropização da questão social. É possível notar uma maior hegemonia burguesa no âmbito estatal, no mercado e no espaço da produção. Montaño (2002) destaca – com um certo tom de ironia - que nessa nova concepção sociedade todos, harmonicamente, buscam o bem comum e

em oposição ao Estado (tido como burocrático e ineficiente), e ao mercado (segundo setor, orientado para o lucro).

A multiplicação de ONGs facilita a hegemonia do capital e traz desdobramentos fundamentais para a luta de classes. A segmentação da realidade e das lutas em esferas ou setores *autonomizados*, desarticulados da totalidade social promovem uma maior dificuldade para o enfrentamento da questão social, especialmente para os movimentos sociais anticapital.

O mérito do livro de Montaño (2002) é justamente conectar a análise da reestruturação produtiva do capital com a contrarreforma do Estado. Para ele, o Consenso de Washington proporcionou a flexibilização dos mercados, das relações de trabalho e o afastamento do Estado das suas responsabilidades sociais e de regulação do capital e trabalho. A questão social deixou de ser exclusiva do Estado, passando a ser responsabilidade dos próprios sujeitos, que devem exercer sua *cidadania*. De fato, estamos diante de uma nova questão social e de problemas muito mais complexos que a classe trabalhadora deverá enfrentar no século XXI.

Como vimos na introdução deste capítulo, a esfera estatal passa a ser satanizada como burocrática, ineficiente, desfinanciada, corrupta para justamente ocorrer a santificação de um setor supostamente mais ágil, eficiente democrático e popular. E surge então uma nova *divisão de trabalho*. A partir do tripé constitucional da seguridade social – previdência, saúde e assistência, de forma muito clara, porém não casual – o “setor” empresarial se volta para atender as demandas nas áreas da previdência social, educação e da saúde, enquanto o “terceiro setor” dirige-se fundamentalmente à assistência social, notadamente nos setores carentes.

Montaño (2002) observa que o objetivo de retirar do Estado (e do capital) a responsabilidade de intervenção na questão social e de transferi-los para a esfera do *terceiro setor* não ocorre por motivos de eficiência (como se as ONGs fossem naturalmente mais eficientes que o Estado), nem apenas por razões financeiras: reduzir os custos necessários para sustentar esta função estatal. O motivo é fundamentalmente *político-ideológico*: retirar e esvaziar a dimensão do direito universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de autculpa pelas mazelas que afetam a população, e de autoajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento, desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial. 23

Por isso, esse debate soa aos ouvidos de Ulisses como um canto de sereia, que o empurra às profundezas do mar

Ele também adverte que o chamado terceiro setor surge no interior dos interesses do grande capital, mas também duma fração de esquerda resignada, com eventual “intenção progressista”, porém inteiramente funcional ao projeto neoliberal (MONTAÑO, 2002).

Se é verdade que a luta de classes pode alterar parcialmente as funções do Estado, principalmente nos contextos onde a classe trabalhadora conquista alguns direitos, com a reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado, o capital praticamente tomou o Estado de assalto. Os espaços para a classe trabalhadora colocar suas demandas na agenda do Estado se tornam cada vez menores.

## Para Coutinho

a partir de finais dos anos 1980, a ideologia neoliberal em ascensão apropriou-se da dicotomia maniqueísta entre Estado e Sociedade civil para tornar demoníaco de uma vez por todas tudo o que provém do Estado (mesmo que agora se trate de um Estado democrático e de direito, permeável por demais às pressões das classes subalternas) e para fazer a apologia acrítica de uma ‘sociedade civil’ despolitizada, ou seja, convertida num mítico ‘terceiro setor’ falsamente situado para além do Estado e do mercado (COUTINHO, 2007, p. 19)

Montaño (2002) também faz a seguinte advertência. Ao *esquecer* as conquistas sociais garantidas pela intervenção e no âmbito do Estado, e ao apostar apenas/prioritariamente nas ações dessas organizações da sociedade civil, zera-se o processo democratizador, volta-se à estaca zero, e começa-se tudo de novo, só que numa dimensão diferente: no lugar de da lutas de classes, temos atividades de ONGs e fundações; no lugar da contradição capital-trabalho, temos a parceria entre classes por supostos “interesses comuns”: no lugar da superação da ordem como horizonte, temos a confirmação e a humanização desta.

No que se refere ao papel do terceiro setor no complexo educacional, tema deste capítulo, a principal particularidade da atuação das ONGs, Fundações e Institutos é que elas têm um enorme poder ideológico: trabalham muito bem a possibilidade de *ascensão social* e geração de *empregabilidade* através das novas ideologias educacionais, isto é, que o conhecimento e as competências adquiridas são passaporte garantido para a *entrada no mercado de trabalho*.

Porém, é preciso destacar que a ideologia da empregabilidade esconde os determinantes da possibilidade ou não de encontrar emprego

no regime de acumulação flexível. Até os anos 1970, de acordo com as teorias keynesianas, era o investimento produtivo que gerava emprego.

Como vimos na seção anterior, a multiplicação exponencial do capital fictício, a mundialização do capital, as políticas de austeridade e a desregulamentação da relação capital-trabalho praticamente impedem a geração de emprego com direitos sociais para as maiorias trabalhadoras. Países europeus, como Espanha e Grécia, enfrentam o desemprego qualificado, as pessoas têm qualificação, mas não conseguem emprego. Em muitos casos os países até crescem, mas não geram emprego.

Como parte do processo de mundialização do capital, um novo dicionário do capital foi criado. Termos como empregabilidade, flexibilidade, competências, sociedade do conhecimento, indústria 4.0, empreendedorismo, sustentabilidade, responsabilidade social, aprender a aprender passam a dar a tônica do debate na educação em geral, em especial na educação profissional.

A palavra trabalhador é substituída por colaborador, agrotóxico por defensivos agrícolas, latifúndio por agronegócio. Não há uma secretaria de educação, em geral assessorado por um Instituto, que não use essas palavras mágicas para supostamente indicar a solução de problemas sociais.

A multiplicação de Fundações, Institutos e ONGs produz a ilusão que os direitos sociais estão progredindo, quando, ao contrário disso, fenômenos como analfabetismo, analfabetismo funcional, abandono da escola se multiplicam em todos os cantos do planeta terra.

A formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais passa progressivamente para as mãos do chamado terceiro setor. Como ele não consegue se apropriar de todo o sistema educacional

estatal, passa a direcionar o sentido das escolas estatais e em alguns ganhos controlar esses sistemas educacionais.

Associações como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), poderosa entidade do agro, passam a determinar o que ensinar, como ensinar e os propósitos da educação. Em muitas escolas públicas, onde claramente estão os filhos da classe trabalhadora, as alunas e alunos já aprendem, desde muito cedo, que o agronegócio é a solução para os problemas do país. Passam, portanto, a internalizar de forma cada vez mais direta as necessidades ideológicas do capital.

Gramsci tem um conceito fundamental que pode nos servir neste momento: Aparelhos privados de hegemonia (APH). Os proprietários dos meios de produção tendem a controlar os postos estratégicos da sociedade e do Estado, mas tudo leva a crer que a contrarreforma do Estado permite uma atuação muito maior do capital no controle do Estado.

Como vimos no início deste capítulo, de acordo com Ianni (1989), sempre houve disputa pelo controle do Estado. No entanto, com a contrarreforma do Estado, nessa luta a classe trabalhadora perde cada vez mais o controle ou a possibilidade de reivindicar seus direitos. O Brasil sempre teve uma democracia frágil, restrita e constantemente golpeada. Podemos depreender que a contrarreforma do Estado fragiliza ainda mais a nossa democracia.

Como parte dessa tendência mais geral é preciso destacar o deslocamento da função da Universidade pública. Uma ala dos professores das universidades públicas, a dos professores privatistas, entra com força neste movimento de multiplicação de ONGs, Fundações e Institutos. Nos dias de hoje é impossível não ver professores de Universidades Públicas, mas em especial das particulares, como participantes ou até mesmo *acionistas* do chamado terceiro setor. No

fundo atuam como mercadores da educação, trazendo as boas novas da privatização educacional. Professores consultores, professores empreendedores, professores inovadores ganham força e passam a circular livremente nos corredores defendendo o que estamos chamando de contrarreforma do Estado.

Aqui cabe uma breve retrospectiva histórica. Até os anos 1970 havia no Brasil os APHs que poderíamos chamar de clássicos. Sociedade Rural Brasileira (SRB), CNA, FIESP, FIEMG, CNI são instituições centenárias da sociedade civil. René Dreyfus (2002), no livro “1964: A conquista do Estado” mostra com enorme precisão todas as entidades da sociedade civil que participaram ativamente da construção do golpe de 1964, dando destaque especial ao IPES e IBAD. De lá para cá surgiram Institutos, Fundações e ONGs muito mais poderosas, que certamente estão golpeando a escola pública de qualidade para as massas trabalhadoras. Uma entidade poderosíssima da sociedade civil é o “Todos pela Educação”

Apenas para exemplificar, também cabe destacar também o Instituto Ayrton Senna

Todos pela educação, certamente o mais importante, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lehman, Instituto Milleniun, Fundação Santander, dentre outros. Esses novos APHs passam a ter um papel fundamental na agenda da educação privada mas especialmente na agenda das reformas da escola estatal. Eles ditam o que deve ser mudado, como deve ser mudado, para que mudar. Colocam na agenda do Estado temas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a reforma do Ensino Superior, a pedagogia das competências, tendo em vista a *modernização* da sociedade brasileira.

Não cabe aqui citar cada uma dessas entidades, mas é possível, a partir destes dois exemplos, observar o papel do chamado terceiro setor na concepção, execução e avaliação da educação no Brasil.

Em termos gerais, no nosso entendimento, a privatização gradual, lenta e segura da escola estatal está produzindo efeitos drásticos para a nossa sociedade. Até o presente momento os liberais, os neoliberais e ultraneoliberais não conseguiram demonstrar cientificamente as virtuosidades das reformas educacionais.

Ao contrário, estudos científicos sérios como os de Freitas (2017), Leher () e Shiroma e Evangelista (2021), dentre tantos outros, nos mostram que a classe trabalhadora está lutando contra as reformas neoliberais, mesmo diante de um grande aparato ideológico de *convencimento* de que o Estado é *ineficiente* e deve ser substituído pela *iniciativa privada*. Mais do que isso, mostram que a contrarreforma do Estado cria novos problemas sociais de maior envergadura e estão longe de realizar o paraíso liberal da liberdade do indivíduo. Em suma, não é possível afirmar que a contrarreforma melhorou a qualidade geral da educação pública no Brasil.

O caso chileno é eloquente a este respeito. O neoliberalismo foi implementado a fórceps, depois de um golpe militar. Após certos anos de uma certa calma e aparente adesão a agenda neoliberal, a classe trabalhadora chilena e parcelas das camadas intermediárias estão reagindo. Podemos destacar aqui o caso dos estudantes e parcelas da classe trabalhadora realizaram verdadeiras rebeliões populares, com destaque para a rebelião de 2019, que quase derrubou Sebastian Piñera. Se não fosse a pandemia, certamente esse presidente teria caído. O que querem os chilenos? Basicamente direitos sociais. Direito a aposentadoria, educação pública de qualidade, fim da municipalização da educação, democratização da democracia chilena, nova constituição,



direitos das mulheres, etc. Mesmo sem ainda conseguir apontar para uma sociedade para além do capital, as lutas recentes no Chile apontam para a necessidade de construção de um Estado de Bem-Estar Social e certamente criticam as propostas neoliberais para a educação.

### **O caso do ensino médio integral no Ginásio pernambucano**

Um institutos têm ocupado as páginas das reformas educacionais dos últimos 15 anos. O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). A reforma paradigmática no Ginásio Pernambucano merece algum destaque. É nos anos 2000, logo após o decreto de 2004 que estimula a criação ou conversão de escolas integrais, que o Ginásio Pernambucano passará por algumas transformações.

O Ginásio Pernambucano é uma das instituições educacionais mais antigas do país, senão a mais antiga. Lá estudaram José Lins do Rego, Celso Furtado, dentre outras e outros. Com o avanço da ditadura empresarial-militar e a massificação precarizada da educação, o Ginásio foi deixando de ter seu lugar de destaque na sociedade.

Vejamos o que diz o site do ICE, onde se explora o mito fundador, o engajamento nas transformações educacionais e seu empenho na promoção de uma educação pública de qualidade e o caso do Ginásio Pernambucano:

A história do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) nasceu de um “acaso” e da trajetória de retomada do ensino de qualidade em Pernambuco.

O acaso

A nossa história começa em 2000, com a retomada da educação de qualidade em Pernambuco. A mobilização de um ex-aluno do Ginásio Pernambucano – uma das mais antigas e importantes escolas do país – , sensível ao seu estado de deterioração, reuniu a sociedade civil em favor da educação pública pernambucana e iniciou o trabalho de recuperação do prédio onde estudou e no qual também estudaram personalidades como ex-presidente Epitácio Pessoa, Ariano Suassuna e Clarice Lispector, entre outros.

Mesmo sendo uma edificação histórica, cuidar da estrutura física foi a parte mais fácil. Para isso, a Associação dos Amigos do Ginásio Pernambucano foi fundamental ao instalar o ambiente de parceria entre a sociedade civil e a Secretaria Estadual de Educação. O mais complexo foi resgatar o padrão de excelência, marca do Ginásio Pernambucano durante décadas. Como ponto de partida, o ICE concebeu um programa de educação denominado PROCENTRO, inaugurando um novo modo de ver, sentir e cuidar da juventude.

O caso

O “acaso” transformou-se num “caso” que vislumbrava uma “causa” muito maior: desenvolver inovações em conteúdo, método e gestão para enfrentar os desafios do Ensino Médio oferecendo um novo modelo de educação pública de qualidade à juventude.

Para isso, o ICE mobilizou dois parceiros notáveis: Antonio Carlos Gomes da Costa, referência no cenário da infância e da juventude no Brasil e, Bruno Silveira, estrategista e apoiador da mudança do panorama legal da grande causa nacional para a infância e a adolescência. Nos anos 80, ambos colaboraram intensamente no Artigo 227 da Constituição Brasileira e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Juntos, conceberam a essência do Modelo que reposicionou o Ginásio Pernambucano como referência em educação de qualidade, seguindo novos paradigmas em pedagogia e gestão.

A causa

O Ginásio Pernambucano foi o ponto de partida da Causa da Juventude com a concepção de um Modelo de educação inovador

denominado Escola da Escolha e cujo foco é o Jovem e a construção do seu Projeto de Vida. Após o desenvolvimento do Modelo e da consolidação da política pública em Pernambuco, o ICE iniciou a sua expansão junto às Secretarias de Educação estaduais e municipais nas cinco regiões brasileiras e continua com intenso trabalho de mobilização para a realização da sua Visão. Hoje a Escola da Escolha atende o Ensino Médio e o Ensino Fundamental.

O presidente do ICE é Marcos Antônio Magalhães, vejamos seu currículo:

Engenheiro Elétrico formado pela Universidade Federal de Pernambuco com Pós-Graduação em Telecomunicações em Eindhoven (Holanda). Desenvolveu carreira profissional na Royal Philips Electronics, ingressando em 1971 e em 1997 assumiu a Presidência Executiva da Philips na América Latina. Em 2007 assumiu a Presidência do Conselho Consultivo da Philips na América Latina, terminando seu mandato em 2009. Fundou em 2003, o ICE – Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – onde permanece como Presidente. Atua também como Presidente do IQE – Instituto de Qualidade no Ensino. Membro fundador do Movimento “Todos pela Educação” e Membro do Conselho Internacional do World Fund for Education (ICE, s/d).

Qual a solução encontrada por um ex-aluno, o presidente do ICE? Implantar no Ginásio Pernambucano o modelo estado-unidense de escola *charter*, que nada mais é do que uma gestão privada de uma instituição pública. De acordo com Amaral (2020), as reformas educacionais de Pernambuco foram difundidas, em especial pelas mãos do ICE, para quase todas as regiões do país. O Estado de São Paulo e o

Ceará foram alguns dos Estados que contrataram consultorias do ICE para implementar a política de ensino médio integral.

Não deixa de ser curioso que em 2015/6 os estudantes do Ginásio Pernambucano fizeram uma ocupação \*\* contra as reformas educacionais implementadas (IVO, 2021).

Outro caso intrigante de política educacional para a promoção do ensino médio integral é o defendido no Estado do Ceará. O Estado do Ceará criou, com recursos do Banco Mundial, uma rede própria de ensino médio integral. Essas escolas possuem em grande medida melhores condições de trabalho para a prática educativa e, claro, rendem muitos votos, especialmente num Estado castigado pela fome, miséria e seca. Prédios melhores, professores em tempo integral, salários um pouco melhores que a média, etc. mas sem deixar de combinar essa melhoria com a tendência a precarização do trabalho.

Mas o que mais chama a atenção do leitor no caso cearense é a fachada marxista dos princípios e fundamentos destas escolas, combinada com princípios da Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE) da Odebrecht, em grande medida baseada no empreendedorismo e na qualificação de mão de obra (BELMINO, 2020; AMARAL, 2020).

Esse tipo de mistura de princípios contraditórios também vem ocorrendo com uma certa recorrência nos Institutos Federais. Como vimos, o Instituto Federal tem como fundamento princípios gramscianos, mas lá na ponta, nas unidades dos Institutos, é possível observar uma mescla bastante curiosa entre omnilateralidade e empreendedorismo, politecnia e pedagogia das competências.

## Considerações Finais

Lucia Bruno (1996), depois de fazer um balanço do avanço das corporações transnacionais e suas estruturas de poder, faz as seguintes perguntas sobre as lutas educacionais do futuro: “Diante deste quadro de transformações tão amplas e profundas, em que as fronteiras não servem mais para demarcar espaços econômicos nem soberanias políticas plenas, como pensar a questão das políticas educacionais?” (BRUNO, 1996, p. 44). E prossegue:

Como desenvolver ações coletivas contra uma estrutura de poder transnacional, cuja dinâmica de funcionamento ainda não compreendemos com clareza e frente à qual as formas de lutas tradicionais têm tão pouca ou nenhuma eficácia? Como se contrapor às novas formas de exercício do poder no interior das organizações onde a própria forma de organização técnica do trabalho já inclui em si mesma formas de controle que são acionadas pelo próprio trabalhador? Refiro-me não apenas aos novos instrumentos de trabalho computadorizados, em que são registrados cada gesto ou atividade mental do trabalhador, ritmo e frequência, mas também às formas participativas de trabalho, onde os trabalhadores passam a controlar uns aos outros?

Melhorar a qualidade da educação vai muito além da promoção de reformas curriculares, implica, antes de tudo, criar novas formas de organização do trabalho na escola, que não apenas se contraponham às formas contemporâneas de organização e exercício do poder, mas que constituam alternativas práticas possíveis de se desenvolverem e de se generalizarem, pautadas não pelas hierarquias de comando, mas por **laços de solidariedade, que consubstanciam formas coletivas de trabalho, instituindo uma lógica inovadora no âmbito das relações sociais** (BRUNO, 1996, p. 45 – grifo nosso).

Dal Ri e Vieitez (2011) argumentam mais ou menos no mesmo sentido. Eles fazem um balanço do avanço das lutas dos trabalhadores docentes e dos estudantes na fase atual do capitalismo e defendem a gestão democrática:

[...] há sempre a possibilidade de que a perspectiva da luta evolua da defesa da escola estatal para a defesa da escola realmente pública, ou seja, uma escola governada pelos seus usuários, os trabalhadores. A menção a esta possibilidade não é inopinada, pois no passado recente, como assinalado, a luta pela institucionalização da gestão democrática na educação, independentemente da clareza de propósitos com que foi formulada ou dos resultados obtidos, estava orientada por essa perspectiva (DAL RI; VIEITEZ, 2011, p. 165).

E prosseguem:

Portanto, não é implausível que no futuro, o substrato da proposição de gestão democrática, ou seja, a questão de quem governa ou governará a educação, reapareça sob outra ótica. Neste caso, a luta pelo controle do sistema escolar ou alguma variante conceitual de **trabalho associado na escola**, passará a fazer parte do movimento, em substituição à subalternidade de assalariados ou assalariados virtuais (alunos), e poderá povoar o imaginário dos atores escolares. Porém, a plausibilidade desta perspectiva dependerá, também, de que no movimento social geral prospere igualmente no sentido da utopia da transcendência social, anticapitalista ou socialista (DAL RI; VIEITEZ, 2011, p. 165, grifos no original)

Mészáros (2004) acredita que a transcendência do trabalho alienado é o tema mais urgente neste novo milênio. Ele defende a

necessidade de universalização do trabalho enquanto atividade vital do ser humano (positividade do trabalho). Certamente, quando Mészáros se refere à universalização do trabalho, quer nos dizer que todos devemos trabalhar, desde que seja um trabalho não explorado, um trabalho que nos enriqueça enquanto ser humano, atividade cheia de sentido, e não o trabalho embrutecedor, o trabalho degradante.

Mészáros (2002) também não se refere a um igualitarismo tosco, mas a igualdade substantiva do “a cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades”. No projeto de construção de uma sociedade para além do capital, o trabalho educacional desalienado estará umbilicalmente ligado com as lutas anticapital do seu tempo histórico, ou seja, torna-se um trabalho intelectual, torna-se trabalho docente que une teoria e prática, concepção/reflexão sobre um determinado fenômeno e as lutas para a sua superação do trabalho alienado.

Da mesma forma, Mészáros (2002) defende a superação do Estado capitalista por formas de controle social. Certamente Mészáros se colocaria contra os processos de privatização da educação que vimos neste capítulo. Longe de inaugurar uma suposta democratização da sociedade frente ao Estado opressor, a multiplicação de ONGs, Fundações e Institutos só fazem aumentar a ditadura direta e indireta da mercadoria.

Para nós uma educação para além do capital na América Latina somente poderá brotar da pressão simultânea, *externa e interna*, das lutas sociais. E para isso, uma tarefa fundamental será a eliminação das Fundações, Institutos e ONGs que estão controlando a política educacional.

## Referências

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. G.; BORGHI, R.; ARELARO, L. R. G. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?, **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 533-549, 2012.

BEDINELLI, T. São Paulo põe creche em cima de loja de construção. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18.mai.2009. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u567478.shtml>>. Acesso em 15.ago.2021.

BELMINO, W. G. **Um estudo ontomaterialista sobre a função social das escolas estaduais de educação profissional do Ceará**. 2020. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

BORGHI, R. ADRIÃO, T. GARCIA, T. As parcerias público-privadas para a oferta de vagas na educação infantil: um estudo em municípios paulistas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 92, n. 231, 2011.

BRUNO, L. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Gestão democrática da educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CHESNAIS, F. Introdução. In: CHESNAIS, F. (Org.) **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 25-34.

DAL RI, N.; VIEITEZ, C. A educação no movimento social: a luta contra a precarização do ensino público. In: LIMA, F. C. S.; SOUZA, J. U. P.; CARDOZO, M. J. P. B.. (Orgs.). **Democratização e educação pública: sendas e veredas**. São Luís: Editora da UFMA, 2011, p. 133-165.



DOS SANTOS, T. **A teoria da dependência**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DREIFUSS, R. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 2002.

FIX, M. **São Paulo cidade global**: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ICE. Marcos Antônio Magalhães. **Instituto de Corresponsabilidade pela Educação**, Recife, 2021b. Disponível em <[https://icebrasil.azurewebsites.net/staff\\_trusted/tste/](https://icebrasil.azurewebsites.net/staff_trusted/tste/)>. Acesso em 16.ago.2021.

ICE. Sobre o ICE. **Instituto de Corresponsabilidade pela Educação**, Recife, 2021a. Disponível em <<https://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/>>. Acesso em 16.ago.2021.

JINKINGS, I. **Sob o domínio do medo**: controle social e criminalização da miséria no neoliberalismo. 2007. 2016. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LEHER, R. Ler a crise, ler a mercantilização da educação. In: SANTOS, M. R. S dos; MELO, S. D. G; GARIGLIO, J. A. (Orgs.). **Políticas, gestão e direito à educação superior**: novos modos de regulação e tendências em construção. v. 1. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020, p. 41-64. (Coleção Edvcere).

LIMA FILHO, Domingos. SANTOS, Deribaldo. NOVAES, Henrique T. (orgs.) **Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas**. Marília: Oficina Univesitária-Lutas anticapital, vol. 2, no prelo

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA NETO, I. “**Ninguém saiu daqui sem uma experiência única**”: as ocupações secundaristas de 2016 e o caso do Ginásio Pernambucano. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2021. 64 p.

PEREIRA, G. A. **A educação profissional e o ensino médio no Brasil**: meandros, contradições e descaminhos da proposta de integração no Ceará. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2020.

POCHMANN, Marcio. **Atlas da exclusão social no Brasil, dinâmica da exclusão social na primeira década do século XXI**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SAUVIAT, C. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, F. (Org.) **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 109-132.

SHIROMA, E.; EVANGELISTA, O. Educação já! A premência do capital educador. In: BATISTA, E.; MULLER, T.; ORSO, P. (Orgs). **Escola pública diante do avanço destrutivo do capital**. Marília: Lutas anticapital, 2021, p. 211-248.

SOARES, L. T. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.